



Comunicado conjunto

Por ocasião da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, teve lugar a terceira reunião da Rede de Provedores de Justiça, de Comissões Nacionais de Direitos Humanos e demais Instituições de Direitos Humanos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Rede CPLP de Direitos Humanos).

Neste encontro, os seus representantes saudaram a assunção da presidência da Rede pelo Provedor de Justiça de Cabo Verde e assumiram o firme compromisso de dinamizar a Rede CPLP-Direitos Humanos, criada em 2013, e de fortalecer os mecanismos de cooperação entre as respetivas instituições.

Os membros da Rede partilham a convicção de que através de uma cooperação mais solidária e intensa, que agilize a partilha de informações, de experiências e de boas práticas, as instituições de defesa dos direitos humanos podem ser ainda mais úteis para os seus povos.

“Promover e fortalecer as instituições de Direitos Humanos é promover e fortalecer a ambição de que os Direitos Humanos sejam conhecidos, reconhecidos, exercidos e respeitados”, consideram os membros da Rede.

Neste contexto, foi decidido consolidar em cada instituição nacional pontos focais de contacto destinados a garantir a troca de informações, incluindo as necessárias à resolução de casos concretos de queixas de cidadãos que envolvam duas ou mais jurisdições do espaço CPLP.

Com o propósito de permitir uma maior divulgação e acesso a iniciativas conjuntas das nossas instituições nacionais independentes, será ainda encetado o processo para criar e gerir um espaço comum dedicado à Rede CPLP-Direitos Humanos no âmbito do portal online da CPLP.

Reunidos na sede da Provedoria de Justiça portuguesa, em Lisboa, os membros da Rede CPLP-Direitos Humanos congratularam-se com a existência, em todos os seus países, de entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos.

Encorajam, porém, as autoridades de São Tomé e Príncipe a desenvolver esforços com vista à criação de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos efetivamente independente, em conformidade com os princípios de Paris, tendo manifestado a sua disponibilidade para apoiar, através de troca de experiências e de boas práticas, a sua constituição e respetivo processo de acreditação junto das instâncias internacionais.

Os membros da Rede tomaram ainda nota, com preocupação, das condições precárias em que a Comissão Nacional de Direitos Humanos exerce o seu mandato na Guiné-Bissau, bem como da circunstância de o ano escolar ainda não ter sido inaugurado no país, o que é suscetível de pôr em causa o direito elementar de acesso à educação.

“É muito mais do que a língua e a cultura o que nos une. Este espaço da lusofonia, que está na génese da CPLP, é, e deve ser cada vez mais, um espaço de partilha de princípios e de valores de respeito pela dignidade humana”, sublinharam os membros da Rede.



Rede CPLP de Direitos Humanos

A Rede CPLP-Direitos Humanos é constituída pelas instituições de Direitos Humanos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal.

Lisboa, 13 de dezembro de 2018